



# O EMPREGO NAS MICROEMPRESAS DA UE

A presente brochura resume os resultados principais das actividades de investigação e debate promovidas pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho no domínio do emprego e da qualidade do trabalho em pequenas e médias empresas (PME), com especial relevo para as microempresas.

## Recomendações para elaboração de políticas

- As microempresas necessitam de estratégias e políticas específicas em áreas tais como contratação, tempo de trabalho, exposição a riscos físicos, formação, participação e consulta, a fim de fomentar a criação de emprego e melhorar as condições de trabalho.
- Os proprietários e os gestores das microempresas necessitam de um acesso a mais e melhor informação sobre formação, contratação, aspectos ligados à saúde e segurança e esquemas de protecção social.
- A informação fornecida deve ser informal e adaptada aos requisitos da empresa, tendo em conta a disponibilidade de tempo e os custos que acarreta.
- O papel das agências e dos outros serviços de apoio a essas empresas deve ser seriamente avaliado. O apoio concedido deve abranger tanto os aspectos da dinamização económica como os aspectos sociais.
- As políticas de emprego, sociais e empresarias devem ter em consideração a especificidade dos contextos culturais e locais das microempresas.
- Políticas adicionais nos domínios da educação, saúde, transporte, ambiente e cultura são essenciais para a criação e conservação de um ambiente favorável aos trabalhadores e empresários em microempresas e empresas de pequena dimensão.
- Existe uma necessidade urgente de um maior número de informações quantitativas e qualitativas mais específicas sobre o emprego nas microempresas, bem como de uma utilização mais eficiente da conjugação destes dois tipos de informação.
- Definições e classificações contraditórias das empresas dificultam imenso uma análise comparativa: os conceitos devem ser claros, operacionais e adaptados à realidade.
- A investigação a realizar na área do emprego nas microempresas exige uma tipologia das mesmas: dever-se-á considerar o sector da actividade económica, o nível de desenvolvimento, o estatuto jurídico e outros factores.
- A investigação deve estender-se aos países candidatos à UE, pois deste modo dispor-se-á de informações úteis sobre a vida profissional na Europa.
- Os responsáveis pela elaboração das políticas devem ter em conta que muitas das microempresas operam no sector informal, facto esse que tem repercussões importantes nas condições de trabalho e na política social em geral.



## Enquadramento das políticas

Na União Europeia, o direito ao trabalho é reconhecido como um direito social fundamental, cujo objectivo consiste em garantir que qualquer pessoa tenha acesso aos bens e serviços essenciais necessários à manutenção e ao desenvolvimento da sua própria vida. No entanto, ter trabalho não garante à partida que as condições de emprego e de trabalho sejam boas. E quanto à qualidade?

A política pública pode satisfazer as necessidades de educação, formação e cobrir o ambiente socioeconómico. Contudo, para assegurar a qualidade do trabalho é necessário que os responsáveis políticos optem por abordagens inovadoras. A legislação só muito dificilmente incide em temáticas como a modernização do trabalho, a autonomia no trabalho, a satisfação com o emprego ou a cooperação entre os trabalhadores.

O número crescente de microempresas na UE (ver figura 1) reflecte o potencial deste sector em termos de criação de postos de trabalho e a sua contribuição para o desenvolvimento de novas formas de trabalho: os pequenos empresários representam actualmente 18 milhões de cidadãos da UE. Essas empresas desempenham um papel socioeconómico significativo aos níveis nacional, regional e local, estando ligadas aos principais eixos da estratégia de emprego europeia, nomeadamente a iniciativa empresarial, a adaptabilidade, a aprendizagem ao longo da vida, a inovação e o desenvolvimento local. Encontrar novas vias para dinamizar este importante sector da economia constitui, portanto, um desafio e uma oportunidade para as instituições da UE, os governos e os parceiros sociais, pretendendo-se ao mesmo tempo melhorar as condições de trabalho para os empregadores e proprietários-trabalhadores.

## Trabalhos de investigação da Fundação

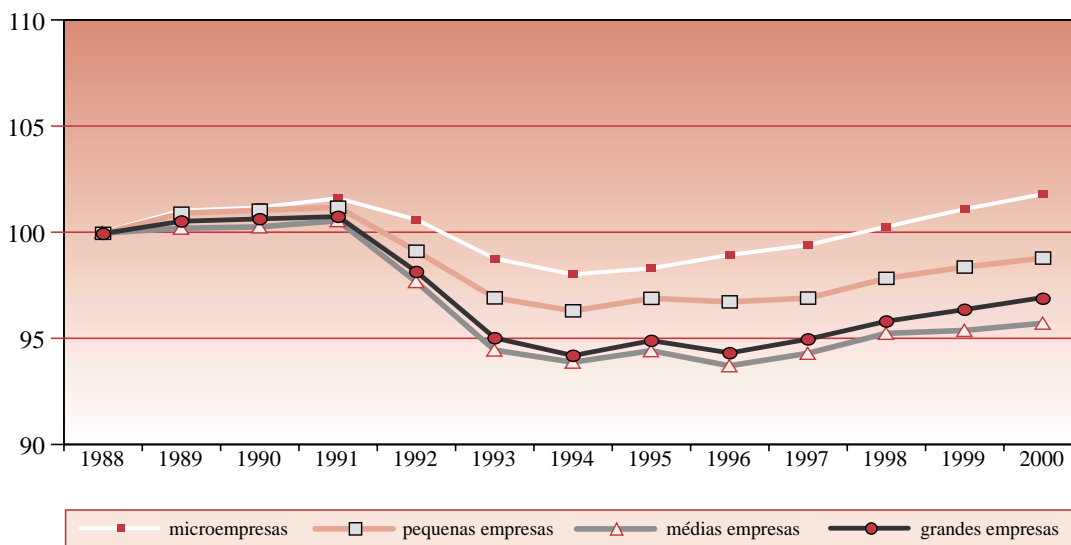
Reconhecendo o seu potencial para a criação de emprego, desde alguns anos a esta parte que os Estados Unidos, o Japão e alguns países europeus têm vindo a conceber e implementar políticas, programas e estratégias de apoio adaptados, com o objectivo de promover a criação e o desenvolvimento de pequenas empresas. O fornecimento da informação necessária tem contribuído para a eficácia dessas medidas.

Evoluções recentes operadas ao nível das políticas sociais e de emprego na Europa deram origem a uma procura de informação sobre a dimensão social do trabalho conjugada com a perspectiva económica. Até à data, a investigação centrou-se principalmente no potencial de criação de postos de trabalho das pequenas empresas, tendo descurado a dimensão da qualidade do emprego.

Para colmatar este défice, a Fundação iniciou em 1997 um projecto de investigação de grande envergadura sobre a qualidade do emprego nas PME, com especial relevo para as microempresas. O projecto conta desde o seu início com a colaboração de representantes da Comissão Europeia (DG Emprego e DG Empresa), Parlamento Europeu, governos, parceiros sociais, ONG, universidades e centros de investigação, bem como da OCDE, OIT e outros organismos europeus e internacionais.

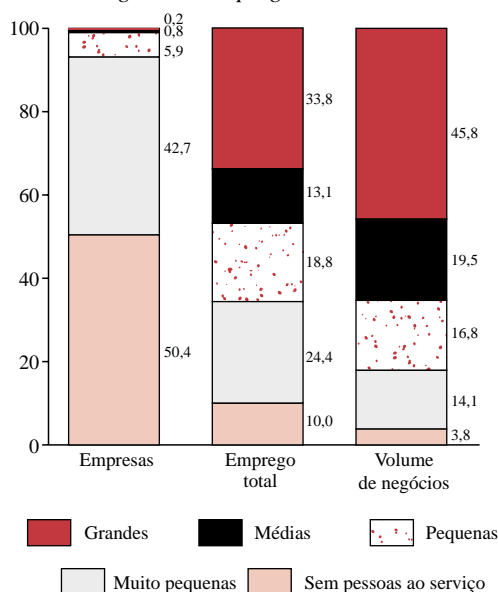
A investigação foi organizada em torno de três actividades principais: um estudo-piloto, que identificou as principais áreas a examinar; um estudo comparativo da situação em quatro Estados-Membros, tendo por base os dados recolhidos através do inquérito europeu sobre as condições de trabalho lançado pela Fundação; e, por fim, três *workshops*, realizados com periodicidade anual, que identificaram as áreas susceptíveis de desenvolvimento no âmbito da investigação futura.

Figura 1 – Evolução do emprego nas empresas na UE, 1988-2000 (índice: 1988 = 100)



Fonte: Comissão Europeia (DG Empresa), *The European Observatory for SMEs, Sixth Report, 2000*. Estimativas do EIM Small Business Research and Consultancy.

Figura 2 – Empresas na União Europeia, 1996 – Distribuição por classes de dimensão segundo o emprego



Fonte: Eurostat, Enterprises in Europe, Sixth Report: key figures for 1996, 2001.

Os objectivos da investigação realizada pela Fundação a nível das microempresas foram os seguintes:

- fornecer informações pertinentes e úteis aos responsáveis políticos europeus sobre as condições de emprego e de trabalho nas microempresas na UE, tendo em conta o seu potencial de criação de postos de trabalho;
- identificar necessidades futuras e abrir vias de investigação no domínio do emprego e da qualidade do trabalho em microempresas e pequenas empresas.

### Definição de microempresas

A classificação das empresas de acordo com a sua dimensão varia de país para país e dentro de cada país,

dependendo da fonte de informação e do objectivo subjacente à recolha ou análise dos dados. A investigação atrás mencionada utiliza como referência a classificação recomendada pela Comissão Europeia, em 1996, para estatísticas da UE em função da dimensão empresarial baseada no número de empregados, e repartida por classes: sem pessoas ao serviço (0), microempresas ou empresas muito pequenas (1-9), pequenas empresas (10-49), médias empresas (50-249) e grandes empresas (no mínimo 500 trabalhadores).

Em 1996, as microempresas, à excepção das empresas sem pessoas ao serviço, representavam 42,7% da totalidade das empresas da UE e 24,4% do emprego total (ver figura 2). Como se pode ver na figura 1, as tendências do emprego desde 1994 indicam que existe um número crescente de pessoas empregadas em microempresas, embora o seu peso numérico no emprego tenha diminuído, devendo atribuir-se esse facto à transferência de microempresas para classes dimensionais superiores (com 10 ou mais trabalhadores).

A investigação e o debate levados a cabo pela Fundação permitiram identificar as principais características das microempresas (ver mais informações no quadro *infra*), ao mesmo tempo que evidenciaram a sua importância em termos de criação de postos de trabalho e a necessidade de melhorar as condições de trabalho.

### O estudo-piloto

O objectivo do estudo-piloto foi o de identificar os principais aspectos a serem investigados pela Fundação no domínio do emprego nas PME, o qual consistiu nas seguintes partes: uma análise da literatura sobre a contribuição das PME para a criação de postos de trabalho; uma análise e uma proposta para estudar a qualidade do emprego nas empresas desta dimensão, baseada num estudo de caso realizado num único país (Portugal) e usando os dados fornecidos pelo inquérito europeu sobre as condições de trabalho realizado pela

#### Microempresas (1-9 trabalhadores):

- Representam mais de 40% das empresas da UE
- Empregam um quarto da mão-de-obra
- Oferecem novas oportunidades de emprego
- São responsáveis pela maioria do arranque de novas empresas
- São uma fonte e uma oportunidade de inovação
- Facilitam o ingresso e reingresso no mercado de trabalho
- Desenvolvem a identidade cultural
- Encorajam o espírito empresarial
- Estimulam o desenvolvimento regional e local

*Necessitam de investigação e estratégias específicas em termos de emprego e de condições de trabalho, dado que:*

- Os trabalhadores geralmente não têm representação
- Os empregadores/empresários têm dificuldades de acesso a informações
- O empregador/proprietário-trabalhador partilha frequentemente o espaço de trabalho com o(s) seu(s) empregado(s)
- Não há garantia de protecção social
- Exercem frequentemente a sua actividade no sector informal

Quadro 1 – Emprego em microempresas por ramo de actividade económica, como percentagem do emprego total \*

	% das microempresas	% do total do emprego microempresas	Sectores com emprego superior a 20%	Sectores com emprego entre 10% e 20%
França	42,5	22,9	Construção, comércio e HoReCa, outros serviços, actividades comerciais **	Indústria e energia
Grécia	43,8	30,0	Comércio e HoReCa, actividades comerciais **, outros serviços, construção, transportes e comunicações	Indústria e energia
Suécia	48,6	21,7	Actividades comerciais **, comércio e HoReCa, construção, outros serviços	Transportes e comunicações
Reino Unido	31,4	16,9	Construção, actividades comerciais **, comércio e HoReCa	Outros serviços, transportes e comunicações

Fonte: Eurostat, *Enterprises in Europe: Sixth Report. Key figures for 1996.*

HoReCa: Hotéis, restaurantes e catering.

\* à excepção da agricultura.

\*\* excluindo a intermediação financeira.

Fundação; um quadro conceptual para a relação entre a quantidade e a qualidade do emprego nas PME; e, finalmente, uma proposta para um estudo comparativo do emprego e das condições de trabalho em microempresas e empresas de maior dimensão em toda a UE.

A análise da literatura mostrou em quase todos os critérios que as pequenas empresas são actualmente responsáveis pela maior parte do emprego nos países da UE e que a dimensão média das empresas tem vindo a diminuir. Não há dúvida de que nas economias mais desenvolvidas as pequenas empresas aumentaram o número total de postos de trabalho e, por conseguinte, a percentagem de emprego. O que não se sabe ao certo é se se trata de «bons» empregos. A natureza ou a qualidade desses empregos tem sido frequentemente menos examinada do que a quantidade, devendo-se este facto, em parte, à ausência de dados exaustivos.

A investigação identificou os principais elementos que poderão ser importantes para a análise da qualidade do emprego: número de horas de trabalho, salários e outros subsídios pecuniários, tipo de pagamento, tipo de contrato, segurança no emprego, duração do emprego, trabalho monótono, tempo para completar as tarefas, satisfação com o emprego, autonomia no trabalho, possibilidades de formação, envolvimento na tomada de decisões, e saúde e segurança. À excepção dos salários, já existiam informações sobre todos estes elementos agrupadas de acordo com a dimensão das empresas, provenientes dos resultados do segundo inquérito europeu sobre as condições de trabalho realizado pela Fundação (1995-1996).

Com base nos dados do inquérito, seleccionou-se um total de 20 medidas de qualidade do emprego, as quais

foram aplicadas ao estudo de caso sobre Portugal. A comparação com empresas de maior dimensão permitiu concluir que a qualidade do emprego nas microempresas era superior no que diz respeito a quatro aspectos e inferior no que diz respeito a outros quatro. Os trabalhadores nas microempresas são menos susceptíveis de faltarem ao trabalho, têm mais tempo para completar as tarefas de que são incumbidos, têm mais autonomia no trabalho que executam e estão menos sujeitos a um controlo directo do patrão. Por outro lado, os trabalhadores nas microempresas têm menos contratos permanentes, são consultados menos assiduamente quanto a alterações e têm menos possibilidades de usufruírem de serviços de guarda de crianças ou de formação subsidiadas.

### O estudo comparativo

Com base nas conclusões do estudo-piloto e recorrendo aos dados do inquérito realizado pela Fundação, a análise foi aprofundada através de um estudo comparativo das condições de emprego e de trabalho em microempresas, em comparação com empresas de maior dimensão, em quatro Estados-Membros da UE, nomeadamente a França, a Grécia, a Suécia e o Reino Unido.

Os quatro estudos atrás referidos prosseguiram o objectivo de focar quer as semelhanças entre as diferenças nas condições de trabalho entre empresas de diversas dimensões que actuam em contextos geográficos, económicos, sociais e culturais diferenciados. O critério usado para seleccionar os países não se baseou na facilidade de acesso a informações, mas sim na intenção de constituir um grupo de países representativo, em que as empresas

mais pequenas assumem um papel socioeconómico relevante ou onde há indícios de que as condições de trabalho e o emprego necessitam urgentemente de ser melhorados.

No âmbito desse estudo comparativo, estabeleceu-se um pequeno conjunto de 16 medidas de qualidade do emprego com base, tal como no estudo de caso sobre Portugal, em informações provenientes do segundo inquérito europeu sobre as condições de trabalho realizado pela Fundação (ver quadro 2).

Refira-se que um dos grandes obstáculos com que se deparou a investigação foi a utilização de critérios diferentes na classificação das empresas consoante a sua dimensão. A definição de microempresa, embora recomendada pela Comissão Europeia, não é

sistematicamente usada em toda a UE. Por exemplo na Suécia, os dados relativos a esta classe dimensional são recolhidos nas empresas que empregam entre 1 e 4 trabalhadores e entre 5 e 19 trabalhadores. Na Grécia e no Reino Unido, a classificação das microempresas é pouco reconhecida não sendo utilizada aquando da divulgação de informações ou da concepção de políticas.

Dos quatro países seleccionados, a inexistência de dados específicos sobre microempresas é particularmente grave na Grécia e menos problemática na França. No entanto, a escolha efectuada justifica-se pelo facto de a Grécia ser o país da UE com a maior percentagem de microempresas. De resto, enfatizar a necessidade de aumentar o número e a qualidade das

Quadro 2 – Medidas de qualidade do emprego

<b>Categoria do inquérito</b>	<b>Medida</b>	<b>Principais componentes</b>
Condições de emprego	1 Segurança no emprego	Estabilidade do emprego, percepção de segurança
	2 Medidas em benefício da família	Previsão de licença por maternidade, licença parental, guarda de crianças, licença especial para assistência na doença a filhos
	3 Acções de formação	
Características do emprego	4 Horas de trabalho inconvenientes	Trabalho ao fim-de-semana, nocturno e por turnos
	5 Acréscimo de remuneração por horas de trabalho inconvenientes	Pagamento por horas extraordinárias, pagamento por trabalho por turnos, pagamento por más condições de trabalho
	6 Variedade de tarefas	Tarefas repetitivas, movimentos repetitivos, tarefas monótonas
	7 Pressões de trabalho	Ritmo de trabalho, prazos curtos e rígidos, <i>stress</i>
	8 Uso adequado de aptidões	Harmonização das aptidões
	9 Controlo sobre o ambiente de trabalho físico	Controlo sobre a temperatura, luz, ventilação, posição do mobiliário, equipamento
	10 Autonomia no trabalho	Oportunidade de decidir quando se faz uma pausa, de escolher os períodos de gozo de férias, possibilidade de exercer controlo sobre a tarefa a executar, velocidade da máquina
	11 Satisfação com o emprego	
Saúde e segurança	12 Nível de conforto físico	Vibrações, ruído, temperaturas elevadas/baixas, fumos, cargas pesadas
	13 Problemas de saúde mental	Provocados por <i>stress</i> , fadiga, falta de sono, ansiedade, irritabilidade, problemas pessoais
	14 Riscos para a saúde física	Posições de trabalho penosas/fatigantes, cargas pesadas, dores dorsais, dores nos membros superiores/inferiores
Ambiente social	15 Participação e consulta	Discussões com o patrão sobre o desempenho, consultas no local de trabalho, abordagem de problemas relacionados com o trabalho através de discussões com o patrão, colegas, representantes dos trabalhadores
	16 Discriminação e intimidação	Violência, intimidação, discriminação em razão do sexo, da idade e da raça, ser alvo de atenção sexual indesejada

Quadro 3 – Condições de emprego e de trabalho em microempresas Resultados por país

	Medida de qualidade do emprego significativamente mais elevada em microempresas	Medida de qualidade do emprego significativamente mais baixa em microempresas
França	Horas de trabalho inconvenientes * Riscos para a saúde física * Problemas de saúde mental * Autonomia no trabalho	Acréscimo de remuneração por horas de trabalho inconvenientes * Acções de formação * Participação e consulta * Medidas em benefício da família Segurança no emprego
Grécia	Horas de trabalho inconvenientes * Riscos para a saúde física * Autonomia no trabalho * Problemas de saúde mental	Acréscimo de remuneração por horas de trabalho inconvenientes * Acções de formação * Segurança no emprego * Participação e consulta Discriminação e intimidação Satisfação com o emprego
Suécia	Emprego coadunado com as aptidões Autonomia no trabalho	Acréscimo de remuneração por horas de trabalho inconvenientes * Acções de formação * Problemas de saúde mental * Participação e consulta Riscos para a saúde física Pressões de trabalho Segurança no emprego
Reino Unido	Horas de trabalho inconvenientes Emprego coadunado com as aptidões Riscos para a saúde física Autonomia no trabalho	Acções de formação * Participação e consulta * Acréscimo de remuneração por horas de trabalho inconvenientes Discriminação e intimidação Pressões de trabalho Trabalho monótono/repetitivo Segurança no emprego

\* Verificou-se que este aspecto era significativamente mais elevado.

informações, bem como de melhorar o acesso às mesmas, pode ser um importante resultado do estudo.

As condições de emprego e de trabalho nas microempresas foram comparadas às das empresas de outras dimensões no universo das PME, o que permitiu focar as semelhanças socioeconómicas entre as microempresas e as PME. A realidade é que as microempresas crescem e progridem economicamente, transitando para classes dimensionais superiores. Em termos sociais, o primeiro objectivo seria aproximar as condições de trabalho e de emprego dos trabalhadores em microempresas das existentes noutras PME, que de um modo geral tendem a ser melhores.

Os resultados do estudo comparativo revelaram que seis das dezasseis medidas de qualidade do emprego parecem não variar muito com a dimensão da empresa, nomeadamente:

1. medidas em benefício da família – a França representa uma excepção, sendo o país onde essas medidas são menos prevaletentes nas microempresas;
2. controlo sobre o ambiente de trabalho físico;
3. nível de desconforto físico;
4. pressões de trabalho – à excepção do Reino Unido, onde se refere que esta situação é menos frequente nas microempresas;

5. variedade de tarefas – mais uma vez o Reino Unido é uma excepção, verificando-se que neste país esta medida é mais baixa nas microempresas;
6. satisfação com o emprego – aqui a excepção é a Grécia que apresenta um nível mais baixo nas microempresas.

Destes resultados pode extrair-se a conclusão de que as seis medidas supramencionadas estão provavelmente mais relacionadas com factores resultantes da natureza da actividade económica prosseguida pelas empresas. Contrariamente, as outras dez medidas de qualidade do emprego variam significativamente se compararmos as condições nas microempresas com as prevaletentes em empresas de maior dimensão.

Em todos os quatro países, pode concluir-se que a qualidade do emprego é, sem excepção, mais elevada nas microempresas no que diz respeito à autonomia no trabalho, embora seja definitivamente mais baixa em termos de tempo de trabalho, acréscimo de remuneração por horas de trabalho inconvenientes, saúde física, segurança no emprego, participação e consulta e formação.

Eis outras conclusões extraídas das comparações entre as condições de trabalho nos quatro países:

- na Grécia e no Reino Unido, constatou-se que a discriminação e a intimidação atingem níveis mais baixos nas microempresas;



- no Reino Unido e na Suécia, verifica-se que nas microempresas o nível de harmonização das aptidões com as exigências do emprego é mais elevado;
- na França e na Grécia, os problemas de saúde mental atingem níveis mais elevados nas microempresas, enquanto que a Suécia apresenta níveis mais baixos;
- na Suécia, os trabalhadores declaram que os riscos para a saúde física e as pressões de trabalho são inferiores nas microempresas.

### Os *workshops* internacionais

Outro contributo importante para a investigação nas microempresas provém dos *workshops* internacionais organizados pela Fundação sobre esta temática, entre 1997 e 2000. Dos mesmos resultaram as seguintes questões a serem debatidas futuramente:

1. Até à data a investigação e a política focaram os aspectos quantitativos (criação de emprego) em detrimento dos aspectos qualitativos do trabalho. Será que este facto se deve à inexistência de dados exaustivos e, também, à relutância em fazer uso eficaz de uma conjugação de dados qualitativos e quantitativos?
2. A investigação sobre a vida profissional nas microempresas e nas PME deve estar relacionada com o ciclo de vida da empresa. Em qual das fases deverá incidir a investigação? A fase de lançamento? A fase de desenvolvimento? A fase de maturação? O triénio precedente? Os cinco anos precedentes? Que dados existem sobre as diferentes fases da empresa?
3. A análise da vida profissional nas microempresas e pequenas empresas deverá abranger todos os sectores da actividade económica ou concentrar-se apenas em alguns sectores específicos? Nos serviços? Na indústria transformadora? Na agricultura? Nas áreas em que as microempresas estão mais representadas?
4. Qual o papel social e económico desempenhado pelas microempresas na nova economia? Será que a emergência da nova economia, a ameaça de recessão e eventuais novas tendências obrigam a uma redefinição do papel das microempresas como fonte significativa de emprego? Será que as mudanças demográficas e culturais na Europa tendem a favorecer o trabalho independente e a criação de novas microempresas e pequenas empresas?

### Principais conclusões da investigação

- A análise por grupos de dimensão das informações fornecidas pelo inquérito da Fundação sobre as condições de trabalho revela claramente que os trabalhadores das microempresas nos quatro países considerados indicam executar mais horas de

trabalho inconvenientes, auferir remuneração inferior por essas horas, receber menos formação, ser menos consultados e participar menos, estar expostos a mais riscos para a saúde física e ter um emprego menos seguro.

- O debate realizado destaca a existência de componentes comuns no que diz respeito às condições de emprego e de trabalho, tais como remuneração, formação, segurança no emprego e autonomia no trabalho nas microempresas europeias, japonesas e americanas.
- «Microempregadores»/proprietários-trabalhadores desempenham um papel importante na economia e as suas próprias condições de trabalho não podem ser subestimadas.
- O microempreendimento reflecte muitas vezes os interesses e as necessidades das comunidades locais sendo, portanto, capaz de contribuir para a preservação da identidade cultural.
- As novas tecnologias da informação e da comunicação não só fizeram subir o número das empresas mais pequenas como também contribuíram para o desenvolvimento da sua conexão em rede.
- Essas empresas podem assumir melhor o seu papel estratégico na economia e na sociedade, num ambiente de cooperação intersectorial e inter-organizacional (com empresas de maior dimensão, associações profissionais, estabelecimentos de ensino, universidades, centros tecnológicos, instituições financeiras e outras organizações).
- Competição, falta de conhecimentos periciais e sobre-posição de agências e outros serviços de apoio às empresas de menor dimensão geram confusão e contribuem para a ineficácia desses serviços.
- Existe uma notável insuficiência de informações sobre microempresas, facto esse que se deve, em parte, à dificuldade de recolher dados quantitativos válidos.
- A investigação sobre a criação de empregos, as condições de trabalho e relações de emprego nas microempresas e pequenas empresas implica uma abordagem multicultural (regiões diferentes, países diferentes) e multidisciplinar (social, económica, jurídica, psicológica, ambiental, etc.).
- A investigação futura sobre o desenvolvimento socioeconómico das microempresas e das pequenas empresas exigirá uma tipologia das mesmas.
- É difícil proceder ao estudo da criação de emprego e da qualidade do trabalho nas microempresas e nas pequenas empresas sem tomar em consideração o sector informal no qual a maior parte dessas empresas operam, por fases ou durante todo o seu ciclo de vida, e que tem inegavelmente repercussões nas condições de trabalho.

## Inquérito europeu sobre as condições de trabalho

O inquérito europeu sobre as condições de trabalho realizado pela Fundação abrange o total da população activa residente nos países da UE, com mais de 15 anos, tendo os dados sido recolhidos através das respostas a um inquérito face a face realizado a partir de uma amostragem representativa da população visada. O facto de o inquérito da Fundação incluir a dimensão das empresas como contexto e variável estrutural, e de os dados serem provenientes de 15 países europeus, faz dele um instrumento único para estudos no domínio das PME.

Foram utilizadas as seguintes seis categorias de empresas repartidas por classes de dimensão: sem empregados ao serviço, 1-9, 10-49, 50-99, 100-499, 500 e mais trabalhadores. Uma das vantagens da utilização dos dados do inquérito para a investigação é que o inquérito isola a microempresa (que emprega entre 1 e 9 trabalhadores) como grupo distinto, estabelecendo uma diferença nítida entre microempresa e empresa sem pessoas ao serviço, que apresentam características sociais e económicas diferentes.

### Informações fornecidas por:

- País
- Sector da actividade económica
- Profissão
- Forma de emprego
- Sexo
- Idade
- Dimensão da empresa

### Temas:

- Tempo de trabalho
- Tempo despendido no trajecto entre o domicílio e o local de trabalho
- Tipo de remuneração
- Organização do trabalho
- Satisfação com o emprego
- Riscos profissionais
- Informação sobre riscos
- Saúde e absentismo
- Evolução na carreira
- Participação e consulta
- Intimidação e discriminação
- Vida profissional e familiar

O presente resumo é da autoria de Filomena Oliveira, gestora de investigação da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho. O estudo-piloto foi realizado por David Storey e Mark Cowling do Centro PME da Universidade de Warwick (Reino Unido), e o estudo comparativo foi levado a cabo pela Technopolis, em colaboração com a Universidade de Atenas. O projecto de investigação da Fundação foi completado por um outro estudo sobre relações de emprego em microempresas e pequenas empresas, realizado pelo IKEI em Espanha.

### MAIS INFORMAÇÕES

Informações acerca das publicações da Fundação encontram-se disponíveis no *website* da Fundação, cujo endereço é o seguinte: [www.eurofound.ie](http://www.eurofound.ie). Para obtenção de informações detalhadas sobre a investigação mencionada no presente folheto, queira contactar:

Dimitrios Politis  
Centro de Informação da Fundação  
Tel.: (353-1) 204 31 430  
Fax: (353-1) 282 64 56  
E-mail: [dmp@eurofound.ie](mailto:dmp@eurofound.ie)  
EF/01/22/PT



SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES OFICIAIS  
DAS COMUNIDADES EUROPEIAS  
L-2985 Luxembourg